



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

EDITAL Nº114/2023/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

1 de novembro de 2023

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Processo: 23346.001809.2023-48

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço especializado em manutenção preventiva e corretiva de ordenhadeira de leite, sistema de limpeza com programador e sistema de armazenamento de leite, com eventuais substituições de peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações ou as unidades de fornecimento do objeto descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha abaixo.

Grupo	Item	CATSERV/ CATMAT	Especificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
-------	------	--------------------	---------------	----------------------------	------------------------	-------------------------------------	-------------------------------

1	1	20532	<p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ordenha canalizada, com sistema de limpeza por programador, e manutenção em tanque de expansão de armazenamento de leite com sistema de limpeza por programador.</p> <p>Características da ordenhadeira: Marca GEA, ordenha canalizada linha baixa, composta por 12 conjuntos com pulsação eletrônica individual, sistema de identificação das vacas e pesagem de leite DEMATRON, com filtro de linha, programador de limpeza, grupo de vácuo com bombas 1200, motor 3 cv.</p> <p>Característica do sistema de limpeza: Programador de limpeza com 3 bombas P600- COMPASS PLUS GEA.</p> <p>Característica do tanque de Expansão: Resfriador de expansão direta para leite, modelo TCOOL 3100, marca GEA, capacidade 3100lt, com sistema interligado a aquecedor boiler com programador de limpeza com 3 bombas, sistema de aferição de litragem eletrônica.</p> <p>*PRESTAÇÃO DE SERVIÇO*</p>	Hora Técnica	96	R\$ 400,00	R\$ 38.400,00
	2	150237	<p>Fornecimento de peças (Substituição eventual)</p> <p>*VALOR FIXO - NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA*</p> <p>Obs: O licitante deverá obrigatoriamente ofertar sua proposta com o valor total estimado deste item</p> <p><i>"Pesquisa de mercado em pelo menos 3 (três) fornecedores de peças e insumos, para parametrização do valor orçado."</i></p> <p>*AQUISIÇÃO DE MATERIAL *</p>	Ticket	250	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00
	Valor Global Estimado:					R\$ 88.400,00	

- **O item 2 não estará disponível para LANCES e CONCORRÊNCIA, por se tratar de um saldo para custeio de eventuais substituições de peças necessárias. O licitante deverá inserir no sistema o mesmo valor estimado previsto para este item (R\$ 50.000,00), conforme planilha acima. Caso não seja inserido o valor ou ainda tenha inserido valor diverso no sistema, a empresa terá sua proposta desclassificada.**
- Considera-se a hora técnica os serviços prestados em 60 (sessenta) minutos.
- O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção preventiva e corretiva de ordenhadeira de leite, sistema de limpeza com programador e sistema de armazenamento de leite, com eventual substituição de peças.
- A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, uma vez que a quantidade de horas técnicas e o valor total previsto para a substituição de peças são estimativos, e dependerão da necessidade de utilização, conforme desgaste do equipamento. Neste caso, os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos das horas técnicas efetivamente executadas e das peças fornecidas.

1.2. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada sempre a descrição completa dos materiais e serviços, constante neste Termo de Referência.

1.3. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.4. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

1.5. Todos os itens / grupos objeto desta licitação serão exclusivos para ME/EPP, considerando a inviabilidade de fracionamento.

1.6. Os pedidos de material de Consumo (item 02) utilizarão como medida o Ticket, vide item 10 deste Termo de Referência.

1.7. Quando o valor do pedido for superior ou inferior ao valor de uma unidade de "Hora Técnica" ou "TICKET", poderá haver o seu fracionamento, mas serão pagos somente os valores que de fato forem executados, caberá ao fiscal designado o controle da logística deste quantitativo.

1.8. No que se refere a entrega de material, devem ser observados e atendidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

1.9. Todos os materiais, acessórios, componentes, peças e outros que serão fornecidos deverão ser novos, devidamente embalados, acompanhados de manual ou equivalente, quando for o caso.

1.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovos ou remanufaturados.

1.11. Para tal finalidade, não se considera materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovo ou remanufaturado o que houver sido submetido a processo de reciclagem, em perfeita conformidade com a legislação aplicável à espécie.

1.12. A manutenção corretiva a aquisição de peças somente ocorrerá uma vez que verificado a disponibilidade orçamentaria da instituição.

1.13. Para os item de 01 deverão ser emitida(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s) já no item 02 deverão ser emitido(s) Nota(s) Fiscal(is) de Material(is.), a tributação será de acordo com a legislação vigente.

1.14. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.15. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item, sendo que a contratação será de acordo com a necessidade da instituição.

2. DA NECESSIDADE DE AGRUPAMENTO DOS ITENS (SERVIÇO X MATERIAL)

2.1. O AGRUPAMENTO dos itens se dá pela razão de permitir a padronização do serviço. São Serviços com finalidades conjunta, porém diferentes empresas apresentam diferentes soluções de característica, sendo assim modelos diferentes causaria ineficiência na sua utilização ou até mesmo incompatibilidade, fato que causaria prejuízos e transtornos a Administração.

Optou-se pelo agrupamento dos itens para atender principalmente aos princípios da economicidade e eficiência, visto que a execução e fiscalização de um único contrato proporciona benefícios consideráveis para a Administração, como economia de recursos financeiros, recursos humanos e tempo. Acreditamos inclusive que tal agrupamento resultará em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha fazer aquisições mais vantajosas, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência das aquisições.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento de agrupamento, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho é uma das Escolas-Fazendas da rede federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação). Ele faz parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Possui laboratórios voltados para a zootecnia, envolvendo a criação de animais de pequeno, médio e grande porte. Nesses laboratórios, são desenvolvidos projetos nas áreas zootécnicas, abrangendo o ensino, a pesquisa, a produção e a extensão. Um destaque notável entre esses projetos é a produção de gado leiteiro. Com isso, a ordenhadeira de leite necessita de manutenções periódicas preventivas, bem como possíveis substituições de peças, para assegurar sua funcionalidade adequada, contribuindo assim para a garantia da qualidade do leite produzido pelo Instituto.

3.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

Esta solicitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ordenhadeira de leite, com o objetivo de atender às demandas do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. É de suma importância ressaltar que o não atendimento a esta solicitação acarretará em grandes impactos, uma vez que a falta de manutenção adequada pode prejudicar o equipamento e causar atrasos no processo de produção do leite.

3.3 Justifique os quantitativos solicitados?

Os quantitativos mencionados nesta solicitação foram calculados considerando a capacidade operacional da ordenhadeira do Instituto, em conjunto com o número de animais lactantes e o plano de evolução do rebanho no setor de bovinocultura leiteira, para um período de 12 meses.

3.4 Quais os impactos do não atendimento?

É de suma importância ressaltar que o não atendimento a esta solicitação pode resultar em impactos significativos, incluindo a possibilidade de danos ao equipamento, atrasos na produção de leite e a redução da qualidade devido a contaminações, bem como o risco de tornar a ordenhadeira inutilizável.

3.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

Para esta requisição, este item não se aplica.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 6.1.1.** serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva ;
- 6.1.2.** a duração inicial do contrato será de 12 meses;

- 6.1.3. os serviços devem ser prestados de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante.
- 6.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 6.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da Contratada.

8. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

- 8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no equipamento previsto para a execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 8.2. O licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil.
- 8.3. Ao final da vistoria, cada representante de empresa interessada que vistoriou o equipamento deverá apresentar Declaração de Vistoria, conforme anexo IV do Edital, preferencialmente em papel Timbrado da empresa, a qual será visada por servidor designado pelo Campus Muzambinho .
- 8.3.1. A Declaração de Vistoria fará parte da documentação para habilitação na licitação, no caso de a empresa ter optado pela sua realização, podendo, neste caso, ser substituída pela Declaração de Ciência dos Serviços, conforme Anexo V do Edital.
- 8.4. Será exigida a Declaração de Ciência dos Serviços, conforme Anexo V do Edital, caso o licitante decida por não realizar a vistoria.
- 8.5. O agendamento da vistoria deverá ser feito previamente junto a Coordenação Geral de Produção, localizado na Estrada de Muzambinho Km 35 - Bairro Morro Preto - CEP 37.890-000, Muzambinho/MG, nos dias úteis, das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, em uma das seguintes formas:
- 8.5.1. Pelo telefone 35 3571 5924;
- 8.5.2. Para o e-mail: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br;
- 8.5.3. Pessoalmente.
- 8.6. A vistoria deverá ser realizada em dias úteis, no período das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, limitada a um interessado por vez, e será acompanhada por servidor designado para esse fim, o qual assinará a respectiva declaração.
- 8.7. A vistoria poderá ser agendada para ocorrer a partir do segundo dia útil seguinte ao da publicação da licitação, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.
- 8.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições do equipamento, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do equipamento em que serão executados os serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O objeto será executado conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência, e conforme descrito abaixo.
- 9.1.1. Todas as informações do ETP – Estudo Técnico Preliminar e deste Termo se complementam.
- 9.2. O serviço consistirá em manutenção preventiva e corretiva de ordenhadeira de leite, sistema de limpeza com programador e sistema de armazenamento de leite, com eventual substituição de peças.
- 9.3. A manutenção preventiva e corretiva do equipamento deverá ser realizada mensalmente, ou sempre que necessário, durante o período de vigência do contrato.
- 9.3.1. A manutenção preventiva será realizada de acordo com o número de animais e horas de ordenha, que varia ao longo do ano, devido ao manejo do rebanho.
- 9.3.2. A manutenção corretiva poderá ocorrer ao longo do período contratado, de forma não programada, a depender da necessidade.
- 9.3.3. Os serviços deverão ser realizadas sempre que solicitado pelo campus.
- 9.4. Todos os serviços deverão ser realizados por profissional qualificado.
- 9.5. Todos os custos para realização dos serviços serão por conta do contratado, inclusive deslocamento.
- 9.6. O serviço de manutenção preventiva e corretiva poderá consistir em:
- 9.6.1. Manutenção preventiva: aquela destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento do equipamento ou de um componente, com o objetivo de evitar a ocorrência de defeitos, bem como garantir o seu contínuo e perfeito funcionamento.
- 9.6.2. Manutenção corretiva: aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados no equipamento, mantendo-o em perfeito estado de funcionamento e conservação.
- 9.6.3. Os serviços incluirão, se necessário, a substituição de peças, que serão objeto de orçamento separado deste serviço, conforme determinado no item 10 deste Termo.
- 9.7. Os serviços, bem como a substituição de peças, poderão ser solicitados, após a aprovação do fiscal do contrato da demanda levantada, caso sejam detectados problemas que impeçam o perfeito funcionamento do equipamento, ou de manutenções que sejam necessárias.
- 9.8. No final dos serviços, o equipamento deverá estar em perfeitas condições de operação e funcionamento.
- 9.9. A convocação para início dos serviços será feita por meio de Ordem de Serviço.
- 9.9.1. Havendo necessidade de manutenção emergencial, a convocação para o início do serviço poderá ser feita através de contato telefônico.

- 9.10. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dia úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo para os serviços considerados de caráter emergenciais, cujo início da execução deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação realizada através do subitem 9.9.1. deste termo.
- 9.11. O contratado deverá informar ao contratante o dia em que iniciará os serviços, com antecedência mínima de dois dias úteis. Ocorrendo a necessidade de manutenção emergencial, o contratado deverá informar ao contratante no mesmo dia da notificação.
- 9.12. Os serviços serão realizados somente em dias de expediente no órgão contratante, no horário das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, podendo a Administração autorizar os serviços em outros dias e horários.
- 9.13. O serviço será realizado na ordenhadeira instalada no Setor de Bovinocultura de Leite, localizado na Estrada de Muzambinho - KM 35, Zona Rural, Bairro Morro Preto - Município de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, CEP 37.890-000.
- 9.14. Após a execução do serviço, o Contratado deverá elaborar relatório técnico informando a relação dos serviços executados, o horário de início e término, a quantidade de horas técnicas prestadas, bem como a relação das peças substituídas, se for o caso.
- 9.15. Os profissionais destacados para a execução dos trabalhos deverão ser qualificados nas tarefas a eles destinados.
- 9.15.1. Evidências de profissionais desqualificados para a execução correta dos serviços ou de comportamento inadequado de funcionário(s) da Contratada permitem a solicitação, pela Fiscalização, de substituição do(s) funcionário(s) ou impedimento de sua entrada nas dependências do Campus Muzambinho .
- 9.16. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente, entre outras:
- 9.16.1. Às normas e especificações constantes no estudo preliminar e neste termo;
- 9.16.2. Às normas da ABNT;
- 9.16.3. Às disposições legais da União e dos respectivos governos estaduais e municipais;
- 9.16.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 9.16.5. Às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- 9.16.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 9.17. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a Contratada como altamente especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados nos preços unitários propostos todos os custos diretos e indiretos, tributos federais, estaduais e municipais, tarifas, encargos sociais etc., necessários à completa e correta execução dos serviços.
- 9.18. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços sob alegações tais como dados incompletos ou insuficientemente detalhados, coeficientes de produção e consumo incorretos, dificuldades na execução de serviços especificados no prazo determinado, entre outros.
- 9.19. Assinado o contrato, a contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o escopo dos serviços, buscando elucidar junto à fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.
- 9.20. Os casos não abordados serão definidos pela fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- 9.21. A Contratada interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, ante comunicação da fiscalização, sempre que:
- 9.21.1. Assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no contrato;
- 9.21.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as presentes especificações;
- 9.21.3. Houver alguma falta cometida pela Contratada, desde que esta, a juízo da fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
- 9.21.4. E a fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 9.22. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam funcionários, fornecedores, fabricantes ou outros profissionais e empresas envolvidos com os serviços relativos a esta contratação.
- 9.23. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais ou municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de imperícia, imprudência ou negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais e equipamentos inadequados à execução dos serviços.
- 9.24. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS - Ticket:

- 10.1. O valor mínimo, para cada solicitação de material, serão o equivalente a um "TICKET", cujo valor é fixo de acordo com o respectivos quadro do Termo de Referência "item 1.1.1".
- 10.2. Quando o valor do pedido for superior ou inferior ao valor de uma unidade de "TICKET", poderá ocorrer o seu fracionamento, de modo que ocorra o valor exato da aquisição do Material, cabendo ao fiscal designado o controle

da logística do fracionamento e dos respectivos valores.

10.3. A empresa deverá apresentar pelo menos 3 (três) cotações de fornecedores de peças e insumos, para parametrização do valor orçado, comprovando assim a vantajosidade da aquisição;

10.4. A contratada deverá realizar o fornecimento de peças para manutenção preventiva e/ou corretiva do equipamento da contratada durante o período de vigência do contrato.

10.5. Para o fornecimento de peças e componentes utilizados na execução dos serviços deverá ser considerado:

10.5.1. Sempre que necessário o fornecimento de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio;

10.5.2. Para o fornecimento de peças a Contratada deverá encaminhar juntamente com o orçamento, cópia da nota fiscal de fornecimento anterior ou planilha de formação de preços comprovando que o valor ofertado é o praticado no mercado;

10.5.3. Os serviços de substituição/installação de peças só serão iniciados após a aprovação do orçamento prévio pelo fiscal do contrato;

10.5.3.1. O orçamento prévio deverá detalhar:

10.5.3.1.1. Descrição das peças a serem instaladas ou substituídas;

10.5.3.1.2. Valor individual de cada peça;

10.5.3.1.3. Prazo de validade do orçamento.

10.5.3.1.3.1. O prazo de validade do orçamento não será inferior a 60 (sessenta) dias;

10.5.4. O prazo para apresentação do Orçamento será de, no máximo 2 (dois) dias úteis, contados a partir da visita técnica que identificou o problema;

10.5.5. O Campus Muzambinho poderá recusar orçamento e pedir revisão, comprometendo-se a Contratada a fornecer e executar apenas o que for aprovado pelo fiscal do contrato;

10.5.6. O Campus Muzambinho, através do fiscal do contrato deverá executar pesquisa de preço para verificar se o valor ofertado está compatível com o praticado no mercado;

10.5.7. Caso o orçamento apresentado seja discrepante dos valores obtidos na pesquisa de mercado, a Contratada se obriga a renegociar os valores ofertados em vista dos preços pesquisados, salvo se apresentar tabela de formação de preços que justifique os valores do orçamento;

10.5.8. Em toda substituição de peças ou componentes do equipamento deverão ser utilizados exclusivamente peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante;

10.5.8.1. No que se refere a entrega de material, devem ser observados e atendidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

10.5.8.2. Todos os materiais, acessórios, componentes, peças e outros que serão fornecidos deverão ser novos, devidamente embalados, acompanhados de manual ou equivalente, quando for o caso.

10.5.8.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovos ou remanufaturados.

10.5.8.4. Para tal finalidade, não se considera materiais, acessórios, componentes, peças e outros seminovo ou remanufaturados o que houver sido submetido a processo de reciclagem, em perfeita conformidade com a legislação aplicável à espécie.

10.5.9. O Campus Muzambinho reserva-se o direito de examinar as peças utilizadas em substituição às defeituosas, solicitando nova substituição, caso julgue que tais componentes são inadequados para o uso pretendido;

11. DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do contrato compete ao Gestor do Contrato, que será auxiliado pelo Fiscal do Contrato, os quais serão designados formalmente pela administração.

11.2. A medição do serviço, para efeito de pagamento, será iniciada através do fornecimento de relatório técnico dos serviços prestados, por parte do Contratado, com entrega devidamente protocolada, contendo a descrição de todos os serviços realizados no período, incluindo:

11.2.1. Tipo de serviço realizado;

11.2.2. Data e hora do serviço realizado;

11.2.3. A quantidade de horas técnicas prestadas;

11.2.5. A relação das peças substituídas, se for o caso.

11.2.6. Valor unitário e total dos serviços;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo

de Referência;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou ao responsável por ela indicada;

12.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.8. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.10. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do serviço;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste Termo de Referência ou fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Utilizar empregados qualificados e com conhecimentos sobre os serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos.

13.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na

legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.25. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.26. Efetuar os serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

13.27. Refazer, às suas expensas, os serviços mal executados ou que não corrijam o problema detectado, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas em contrato.

13.28. Assumir todos os custos para realização dos serviços, inclusive deslocamento, estadia, alimentação, etc. de seus profissionais;

13.29. Seguir as normas de sustentabilidade, principalmente nos cuidados com reciclagem, separação de resíduos para sua disposição adequada, bem como economia de água / energia por meio de acompanhamento contínuo durante a execução dos serviços.

13.30. Prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP no 01, de 19 de janeiro de 2010.

13.31. Contratar, se necessário, preferencialmente mão de obra local, pensando na maior geração de empregos, conforme Decreto 7.746 de 2012, art. 4º, IV.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nas especificações previstas neste Termo de Referência.

16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. A conformidade do material e técnica a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.9. A fiscalização do contrato verificará se o objeto foi executado conforme as especificações previstas neste Termo.

16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar os serviços para evitar a sua degeneração, devendo

intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da prestação dos serviços, a Contratada deverá entregar toda documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório será realizado por fiscal ou equipe de fiscalização designados, após a entrega da documentação acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

17.3.4. O fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários e encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado.

17.3.5.1. Na hipótese de a verificação para recebimento definitivo não ser procedida tempestivamente pela contratante, reputar-se-á como realizada no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da perfeita execução dos serviços, considerando o objeto executado de acordo com as exigências preestabelecidas, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelo fiscal ou equipe de fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, conforme os serviços efetivamente executados e as peças fornecidas.

17.5. Caso os serviços executados sejam diferentes dos propostos ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a empresa prestadora dos serviços com ônus decorrente deste atraso.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.7.1. Caso seja constatada a deficiência na execução dos serviços, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

17.7.2. Quando aplicável, o contratado deverá sanar as falhas no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento do Termo de Recusa, para fins de novas verificações. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

17.7.3. Independentemente de o fornecedor providenciar a correção das falhas no fornecimento, o contratante poderá aplicar ao contratado as penalidades previstas, levando em consideração a gravidade do descumprimento das obrigações assumidas.

17.8. Somente serão pagas faturas com serviços efetivamente prestados e peças fornecidas.

18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS

18.1. O prazo de garantia dos serviços executados será de 90 (noventa) dias.

18.2. O prazo de garantia das peças substituídas será aquele definido no Código de Defesa do Consumidor ou o prazo especificado pelo fabricante, quando maior.

18.3. Todas as despesas para assegurar a garantia dos serviços e peças será de responsabilidade do fornecedor.

18.4. No caso de peças substituídas, perdendo suas características ou se deteriorando e estando elas dentro do

prazo de garantia ou tempo de vida útil, assim como em condições normais de funcionamento da ordenhadeira, deverão ser substituídos no prazo máximo de **cinco dias úteis**, contados a partir da comunicação formal do contratante, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis. Para tanto, ficará por conta e ônus do contratado todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

18.4.1. Para substituição de peças em manutenções emergenciais, o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas para substituição.

19. DAS ANÁLISES DE QUALIDADE, COMPATIBILIDADE E AUTENTICIDADE

19.1. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá solicitar auxílio a agentes, entidades, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários, dos serviços e peças fornecidos pelo contratado.

19.2. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para Recebimento Definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo contratado.

19.3. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise dos serviços ou materiais, para fins de Recebimento Definitivo.

19.4. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com a análise serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de dez dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, a partir da comunicação formal do contratante.

19.5. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente no nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicado por ele, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

20.2. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até trinta dias corridos, contado do recebimento da nota fiscal ou fatura, salvo quando as despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, situação em que o pagamento deverá ser efetuado em até cinco dias úteis do recebimento da nota fiscal ou fatura.

20.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

20.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela

rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.14. A Administração desconsiderará nos valores a serem pagos as frações com valor inferior a um centavo.

20.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de encargos moratórios devida pela Contratante, entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor contratual a ser reajustado

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois a execução dos serviços não contempla dedicação exclusiva de mão de obra.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

23.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. Fraudar na execução do contrato;

23.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

23.1.5. Cometer fraude fiscal;

23.1.6. Não manter a proposta.

23.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste item também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa acima.

23.3. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o contratante;
- 23.3.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;
- 23.3.2.1.** Após dez dias de atraso, sem que o serviço tenha sido iniciado, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 23.3.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida;
- 23.3.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 23.3.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.3.5.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 23.3.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 23.5.** As sanções de advertência, suspensão de licitar, impedimento de contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar poderão ser aplicadas à contratada juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 23.6.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 23.6.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.6.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.7.** A aplicação de qualquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 23.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a União ou Órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 23.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 24.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 24.2.** Os critérios de qualificação econômica e qualificação técnica, se necessário, a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 24.3.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 24.3.1.** Valor Global do grupo: **R\$ 88.400,00 (oitenta e oito mil e quatrocentos reais).**
- 24.3.2.** Valores totais de cada item, conforme valores discriminados na tabela constante deste termo.
- 24.4.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 24.5.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 88.400,00 (oitenta e oito mil e quatrocentos reais)**, sendo que:

25.1.1 o valor estimado com Prestação de Serviços será de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

25.1.2 o valor estimado com a aquisições de Materiais será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. De acordo com, § 2, Art. 7º do Decreto nº 7.892/2013: “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”, portanto as informações orçamentárias serão informadas no momento da eventual formalização da aquisição dos materiais”.

27. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Produção, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho (MG), 01 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Zélia Dias de Souza

Diretora de Administração e Planejamento

(Assinado Eletronicamente)

Renato Aparecido de Souza

Diretor-geral

Documento assinado eletronicamente por:

- **Zelia Dias de Souza, DIRETOR(A) - CD3 - MUZ - MUZ-DAP**, em 01/11/2023 10:05:17.
- **Renato Aparecido de Souza, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - MUZ**, em 01/11/2023 10:19:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 401792

Código de Autenticação: 5ecb3e9750

